



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO
DE PREÇOS Nº 016/2016**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS - As propostas iniciais deverão ser encaminhadas, conforme modelo de **PROPOSTA DETALHE - ANEXO II**, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.compras.rj.gov.br

IMPORTANTE	
Encerramento de Recebimento das Propostas até:	30/05/2016 às 14:00 horas no endereço acima
Data da Abertura da Sessão:	30/05/2016 às 14:00 horas no endereço acima
Data do Início da Disputa de Preços:	30/05/2016 às 14:05 horas no endereço acima
Tempo de Disputa:	Determinado pelo Pregoeiro durante a disputa.
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO
DE PREÇOS Nº 016/2016**

ÍNDICE

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. DO OBJETO**
- 3. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE ENTREGA**
- 4. DA ABERTURA**
- 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 6. TIPO DE LICITAÇÃO**
- 7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 8. CREDENCIAMENTO**
- 9. CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS**
- 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 13. DO CADASTRO DE RESERVA**
- 14. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO LICITANTE
DETENTOR DA MELHOR PROPOSTA**
- 15. DA HABILITAÇÃO**
- 16. DAS AMOSTRAS**
- 17. DOS RECURSOS**
- 18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS**
- 19. DA CONTRATAÇÃO**
- 20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 21. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**
- 23. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**
- 24. DISPOSIÇÕES GERAIS**



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO
DE PREÇOS Nº016/2016
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS**

1. INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** inscrito no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede situada na Av. Marechal Câmara, 314 – centro – Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, torna público que, devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesa, Subsecretária Geral **DRA. MÁRCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES** ora denominada AUTORIDADE COMPETENTE, na forma do disposto no processo administrativo nº E-20/001/2520/2015 que no dia, hora e local indicados no item 4 deste Edital, será realizada licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO** que será regido pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais nºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, pelo Decreto nº 44.857, de 27 de junho de 2014, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, pela Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 4 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 1 resma de papel branco, A-4, 210 X 297mm, na Av. Marechal Câmara, nº 314, 3º andar – Centro/Rio de Janeiro.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de quaisquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço indicado no item 1.4, de 11:00 horas até 16:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico licitacao@dpge.rj.gov.br, até as 17 h do último dia do prazo referido.

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço indicado no item 1.4, de 11:00 horas até 16:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico licitacao@dpge.rj.gov.br, até as 17 h do último dia do prazo referido.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

1.6.1 Caberá à AUTORIDADE COMPETENTE decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas da abertura da sessão.

1.7 Tanto as respostas às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota no portal eletrônico www.compras.rj.gov.br, pelo nº PE-016/16 na sessão relacionada às futuras licitações, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto deste pregão é o registro de preços para **aquisição de materiais elétricos** conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I.

2.2 Cabe ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto ao quantitativo e ao prazo de entrega do objeto da aquisição, visando a adequada execução da Ata de Registro de Preços.

2.3 É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4 São as seguintes as quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência (Anexo I).

2.5 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência (Anexo I).

3. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE ENTREGA

3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaa, desde que posterior à data de publicação do seu extrato no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencional neste item.

3.2 A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo máximo de 07 (sete) corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

3.3 As quantidades dos itens indicadas no item 2.4, consistem em mera estimativa e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

4. DA ABERTURA

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital, conforme indicado abaixo:

POSIÇÃO	DIA/MÊS/ANO	HORÁRIO
Início acolhimento das propostas	16/05/2016	09:00hs
Limite acolhimento das propostas	30/05/2016	14:00hs
Data de abertura das propostas	30/05/2016	14:00hs
Data de realização do Pregão	30/05/2016	14:05hs



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

Processo nº	E-20/001/2520/2015
Tipo	MENOR PREÇO UNITÁRIO
Prazo para impugnação	Até 02(dois) dias úteis
Data da publicação	16/05/2016
Portal	www.compras.rj.gov.br
Número da licitação no portal	PE-016/16

4.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1161.03.092.0050.5470

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTES: 232

6. TIPO DE LICITAÇÃO

6.1 O presente pregão eletrônico rege-se pelo tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

7.2 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

7.3 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

7.4 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do art. 2º, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta junto ao SIGA, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

7.4.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 7.4, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009.

7.5 O licitante deverá assinalar na página do SIGA, em campo próprio do sistema informatizado, que cumpre os requisitos de habilitação, que a proposta está de acordo com as exigências previstas no instrumento convocatório e que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo V, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 18.3 do edital.

8. CREDENCIAMENTO



8.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º, do Decreto nº 31.864, de 20 02.

8.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao SIGA, pelo endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

8.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

8.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

9. CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS

9.1 Observado o disposto nos itens 7 e 8 deste Edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 4.1 deste Edital.

9.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

9.4 Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A Proposta de Preços deverá ser inicialmente enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido, inclusive com a indicação da marca e modelo do produto ofertado.

10.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, conforme Anexo II, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

10.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo “informações adicionais” (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não



será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

10.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

10.2 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

10.3 O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ 26/03 e a Resolução SER 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER nº. 121/2004, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

10.4 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

10.5 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

10.6 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 4.

10.6.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da **DPGE**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A partir do horário previsto no item 4.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00min às 18h00min e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

11.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

11.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

11.5 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances,



retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

11.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

11.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até às 17h20 min, tendo em vista que às 18h00min o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

11.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no subitem 10.4.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço unitário, na forma do item 6. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste Edital, especialmente o subitem 12.3.

12.1.1 No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula.

12.1.2 As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item do lote, conforme apurados pela **DPGE** e consignados na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários, sob pena de desclassificação da proposta de preços, ainda que esta consigne o menor global do lote.

12.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 12.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

12.3 Havendo empate ficto no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

12.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.



12.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.
- b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente na forma da alínea a, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.
- c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

12.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço do certame.

12.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 11.8 e/ou subitem 12.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

12.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

12.6 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

13. DO CADASTRO DE RESERVA

13.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

13.1.1 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

13.1.2 A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

- a) os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
- b) os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

13.2.1 Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea b, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

13.2.2 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a **DPGE** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

13.3 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 14 e 15, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, quando este descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
- b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

14. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO LICITANTE DETENTOR DA MELHOR PROPOSTA

14.1 Efetuados os procedimentos previstos nos itens 12 e 13 deste Edital, o licitante detentor da melhor proposta ou do lance de menor valor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar no endereço: Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – centro – Rio de Janeiro/RJ, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, os originais ou cópias autenticadas da seguinte documentação:

- a) declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do Anexo VII - Declaração de inexistência de penalidade;
- b) os documentos de habilitação previstos no item 15.1 a 15.7;
- c) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

14.2 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.



14.2.1 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos de habilitação mencionados na alínea b, do item 14.1 são os indicados nos itens a seguir:

15.2 Habilitação Jurídica

15.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a)** cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b)** registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c)** ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d)** inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g)** ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

15.3 Regularidades Fiscal e Trabalhista

15.3.1 Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

c.1.1) O licitante poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

15.3.2 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

15.3.2.1 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

15.3.2.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

15.3.2.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.



15.4 Qualificação Econômico-financeira

15.4.1 Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) certidões negativas de falência e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões de falência, de recuperação judicial ou de execução patrimonial.

15.5 Qualificação Técnica

15.5.1 Todos os licitantes deverão comprovar a aptidão para o fornecimento de bens objeto deste edital mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

15.6 Declaração Relativa ao Trabalho de Menores

15.6.1 Para fins de comprovação de atendimento do inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93 deverá ser apresentada declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV – Declaração para atendimento ao inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93.

15.7 Declaração de Atendimento à Lei Complementar nº 123/06

15.7.1 Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo VI – Declaração para microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual e cooperativas enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

15.8 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 15.2; 15.3; alínea a, do item 15.4.1 e 15.6, cabendo aos cadastrados apresentar os demais documentos previstos no item 15.

15.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.10 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15.11 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.



15.12 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 14, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16. DAS AMOSTRAS

16.1 Poderá ser exigido do LICITANTE ARREMATANTE a apresentação de amostras de cada um dos itens arrematados, a ser encaminhada ao pregoeiro, em endereço a ser oportunamente informado. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.

16.2 A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser efetivada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item ou lote.

16.3 A amostra será analisada por representante da **DPGE**, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

16.4 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

16.5 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra.

16.6 A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

17. RECURSOS

17.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro, expondo os motivos por meio do sistema eletrônico. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

17.2 As razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail (licitação@dpge.rj.gov.br) ou para o fax (21) 2332-6203, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame.

17.3 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 17.1.

17.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.



17.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE COMPETENTE. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE COMPETENTE adjudicará e homologará o procedimento.

18.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela AUTORIDADE COMPETENTE, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a lavratura da ata de registro de preços.

18.2.1 Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores, a **DPGE** e as condições a serem praticadas, conforme definido neste edital e no Anexo I - Termo de Referência.

18.3 Como condição para a lavratura da ata de registro de preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VII, em atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.11;

b) Declaração, na forma do Anexo V, em atendimento ao disposto no Decreto Estadual nº 33.925, de 18.09.2003, de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);

II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);

III - de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);

IV - mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

18.3.1 A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supramencionado, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

18.3.2 Poderá a AUTORIDADE COMPETENTE, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

18.4 Na hipótese de não atendimento do item 18.3, poderá a **DPGE** proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.



18.5 Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13.

18.6 Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.

18.7 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1 A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

19.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **DPGE**, exceção do quantitativo indicado no item 2.4.1, que serão necessariamente adquiridas.

19.3 Compete a **DPGE** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.4 A contratação realizada da **DPGE**, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5 A **DPGE** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

19.6 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 Os pagamentos serão realizados pela **DPGE**, de acordo com as contratações realizadas por cada um deles.

20.2 O pagamento será realizado à vista de acordo com a quantidade demandada no período.

20.3 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

20.4 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

20.5 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

20.6 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

20.7 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do CONTRATADO, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

20.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

20.9 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e, caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

21. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

21.1.1 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do item 21.1 será formalizado por despacho da **DPGE**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

21.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



22.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o **CONTRATADO**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

22.2 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não lavrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

22.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

22.4 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

22.5 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pela **DPGE**, em relação às respectivas contratações.

22.5.1 Ressalvada a hipótese descrita no item 22.5, cabe a **DPGE** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

23.6 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 22.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

22.7 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do item 22.1, será imposta pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Defensor Público Geral.

22.8 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 22.1, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

22.9 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 22.1:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;



e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

22.10 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 22.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

22.11 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 22.1, perdurará pelo tempo dos motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o **CONTRATADO** ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

22.11.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

22.12 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

22.13 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 22.1, e no item 22.12, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

22.14 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

22.15 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

22.15.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

22.15.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

22.15.3 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 22.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 22.1.

22.15.4 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

22.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pelo Órgão ou Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

22.17 As penalidades previstas no item 22.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

22.18 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade

22.19 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela **DPGE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

22.20 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 22.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

23. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

23.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

23.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

23.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **DPGE** conforme o caso.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

24.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

24.4 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

24.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

24.6 O foro central da comarca da capital do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

24.7 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Proposta Detalhe
Anexo III	Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
Anexo V	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no decreto estadual nº 33.925/2003
Anexo VI	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo VII	Declaração de Elaboração Independentemente de Proposta
Anexo VIII	Declaração de Inexistência de Penalidade

Rio de Janeiro, maio de 2016.

Subsecretária Geral



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 - O presente procedimento licitatório tem por objeto o Registro de Preços de Itens para a aquisição de **MATERIAL ELÉTRICO** para atender às necessidades da **DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – DPGE/RJ**, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 – Justifica-se a realização de Licitação para Registro de Preços visando à aquisição de material elétrico, em razão da constante necessidade de suprir a demanda de adequação e reforma dos órgãos ocupados pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- DPGERJ, bem como em função da escassez em estoque do material a ser adquirido.

3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata.

3.2 – A Gestão da Ata de Registro de Preços caberá à Secretária Geral através de um servidor indicado pela **Diretora de Infraestrutura e Engenharia** da DPGERJ, Taciana Garcia ID 4412713-8.

3.3 - As quantidades estimadas não implicam em obrigatoriedade de contratação pela Administração durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial. Contudo, devem estar disponíveis para a contratação ao longo da validade da Ata de Registro de Preços.

4. ORGÃO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

4.1 – A Gestão do Contrato caberá a um servidor designado pela Coordenação Geral de Suprimentos, Licitações e Contratos da Secretária Geral da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro.

4.2 - A Fiscalização do Contrato caberá a três servidores designados pelo Departamento de Material e Patrimônio da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO ESTIMADO:

5.1 - Os materiais de que tratam deste Termo de Referência contemplam o fornecimento de:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

ITEM	CÓDIGO DO ITEM (ID - SIGA)	PRODUTOS	UN	QUANT. MÍNIMA (SC)	QUANT. MÁXIMA (SC)	QUANT. GLOBAL	GARANTIA MÍNIMA
01	5925.001.0202 (ID - 75188)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 20A, TENSAO MAXIMA: 380V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5KA, PADRAO: DIN	UN	300	500	500	
02	5925.001.0139 (ID - 54930)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 20 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: NEMA	UN	200	400	400	
03	5925.001.0203 (ID - 75189)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 25A, TENSAO MAXIMA: 380V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5KA, PADRAO: DIN	UN	300	500	500	
04	5925.001.0140 (ID - 54931)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE	UN	200	400	400	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		NOMINAL: 25 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: NEMA					
05	5925.001.028 7 (ID - 123625)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 150A, TENSAO MAXIMA: 250V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: DIN	U N	50	300	300	
06	5925.001.008 6 (ID - 6263)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 150 A, TENSAO MAXIMA: 220 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: NEMA	U N	50	300	300	
07	5925.001.028 6 (ID - 123624)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 125 A, TENSAO MAXIMA: 250V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: DIN	U N	50	300	300	
08	5925.001.028 4 (ID - 122313)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE	U N	50	300	300	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		NOMINAL: 125A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: NEMA					
09	5925.001.028 5 (ID - 123623)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 100A, TENSAO MAXIMA: 250V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: DIN	U N	50	300	300	
10	5925.001.025 1 (ID - 107834)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 100 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: NEMA	U N	50	300	300	
11	5925.001.025 0 (ID - 107833)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 70 A, TENSAO MAXIMA: 220 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: NEMA	U N	50	300	300	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

12	5925.001.014 7 (ID - 60114)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 70 A, TENSAO MAXIMA: 220 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: DIN	U N	50	300	300	
13	5925.001.014 2 (ID - 56071)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 63 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: DIN	U N	50	300	300	
14	5925.001.031 2 (ID - 128803)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 50 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: NEMA	U N	50	300	300	
15	5925.001.011 3 (ID - 6292)	DISJUNTOR TERMOMAGNETIC O,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 50 A, TENSAO MAXIMA: 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: DIN	U N	50	300	300	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

16	6240.006.000 6 (ID - 8931)	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA REATOR INTEGRADO,BULB O: 3U, POTENCIA: 15 W, TENSAO: 127 V, BASE: E27, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 6000 K	U N	1500	3000	3000	
17	6240.006.000 7 (ID - 8932)	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA REATOR INTEGRADO,BULB O: 3U, POTENCIA: 20 W, TENSAO: 127 V, BASE: E27, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 6000 K	U N	1500	3000	3000	
18	6240.007.005 3 (ID - 74338)	LAMPADA FLUORESCENTE COMUM, LINEAR,MODELO: TUBULAR CONVENCIONAL, BULBO: T10 (33MM) , POTENCIA: 40 W, BASE: G13-BIPINO, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 5000 A 6100 K, VIDA UTIL: 6000 HORAS/USO	U N	8000	10000	10000	
19	6240.007.005 1 (ID - 74336)	LAMPADA FLUORESCENTE COMUM, LINEAR,MODELO: TUBULAR CONVENCIONAL, BULBO: T10 (33MM) , POTENCIA: 20 W, BASE: G13-BIPINO, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 5000 A 6100 K, VIDA UTIL: 6000 HORAS/USO	U N	6000	8000	8000	
20	6250.004.015 1 (ID - 138293)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETIC O PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO	U N	3000	5000	5000	01 ANO Fornecid a pelo fabricant



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 1 X 20 W, TENSAO: 127 V / 220 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE					e
21	6250.004.015 4 (ID - 138667)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETIC O PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 2 X 20 W, TENSAO: 127 / 220 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	U N	6000	8000	8000	01 ANO Fornecid a pelo fabricant e
22	6250.004.015 3 (ID - 138666)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETIC O PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 1 X 40 W, TENSAO: 127 / 220 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	U N	3000	5000	5000	01 ANO Fornecid a pelo fabricant e
23	6250.004.008 4 (ID - 100653)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETIC O PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR,	U N	8000	10000	10000	01 ANO Fornecid a pelo fabricant e



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 2 X 40 W, TENSAO: 127 / 220 V					
24	6250.011.000 2 (ID - 128159)	SOQUETE PRESSAO LAMPADA, TIPO LAMPADA: FLUORESCENTE, MATERIAL CORPO: PLASTICO, CORRENTE MAXIMA: 2A, TENSAO MAXIMA: 250V, BASE: G-13, COR: BRANCO	U N	28000	30000	30000	
25	5930.012.008 5 (ID - 109621)	INTERRUPTOR, PREDIAL, INSTALA CAO: SOBREPOR, COMPOSICAO: 1 SIMPLES, ACABAMENTO: BRANCO, QUANTIDADE POSTO: 1 SIMPLES, FORMATO: QUADRADO, CORRENTE: 10 A, TENSAO: 250 V, DIMENSAO PLACA: 70 X 70 MM, TIPO: SISTEMA X, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA	U N	16000	17000	17000	
26	5930.012.010 8 (ID - 138229)	INTERRUPTOR, PREDIAL, INSTALA CAO: SOBREPOR (SISTEMA CANALETA), COMPOSICAO: 2 SIMPLES, ACABAMENTO: N/A, QUANTIDADE POSTO: 2 SEPARADO, FORMATO: QUADRADO, CORRENTE: 10 A, TENSAO: 250V, DIMENSAO PLACA: 70 X 70 MM, TIPO: ACIONADOR COMUM, MATERIAL: CLORETO DE	U N	5000	7000	7000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		POLIVINILA					
27	5935.013.0010 (ID - 57703)	TOMADA ELETRICA, PREDIAL, INSTALACAO: SOBREPOR (SISTEMA CANALETA), MATERIAL CORPO: CLORETO POLIVINILA, ACABAMENTO TOMADA: BRANCO, FORMATO CORPO: QUADRADO, POLO: 3 PINOS REDONDOS, CORRENTE: 10 A, TENSÃO: 250 V, FIXACAO PLACA: PARAFUSO/PRESSAO, DIMENSÃO PLACA: 70 X 70 mm, DIAMETRO POLO: 4 mm, PADRAO: NBR 14136	UN	8000	10000	10000	
28	5975.001.0033 (ID - 116036)	ABRACADEIRA NAO METALICA AMARRACAO, MODELO: SIMPLES, MATERIAL: POLIAMIDA, DIAMETRO AMARRACAO: 37MM, TENSÃO MINIMA RUPTURA: 8 KGF, COR: PRETA, COMPRIMENTO NOMINAL: 300MM, LARGURA: 4,8MM, REFERÊNCIA: 401059, MARCA: N/A	UN	10000	12000	12000	
29	5975.001.0028 (ID - 103496)	ABRACADEIRA NAO METALICA AMARRACAO, MODELO: SIMPLES, MATERIAL: PLASTICO, DIAMETRO AMARRACAO: 20 CM, TENSÃO MINIMA RUPTURA: 54 KGF, COR: NATURAL,	UN	2000	5000	5000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		COMPRIMENTO NOMINAL: 83 MM, LARGURA: 13 MM, REFERÊNCIA: T18L, MARCA: HELLERMANN					
30	5975.034.000 3 (ID - 113828)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 0, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
31	5975.034.000 2 (ID - 113826)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 1, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
32	5975.034.000 4 (ID - 113830)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA	U N	10000	15000	15000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 2, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A					
33	5975.034.000 5 (ID - 113832)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 3, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
34	5975.034.000 6 (ID - 113851)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 4, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
35	5975.034.002 1 (ID - 113870)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO:	U N	10000	15000	15000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 5, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A					
36	5975.034.000 7 (ID - 113852)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 6, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
37	5975.034.000 8 (ID - 113853)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 7, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

38	5975.034.000 9 (ID - 113854)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 8, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
39	5975.034.001 0 (ID - 113855)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO,MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 9, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	10000	15000	15000	
40	5940.007.000 6 (ID - 127686)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO,MATERIA L: BRONZE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 10 MM² <u>COMPLEMENTO DO ITEM:</u>	U N	300	500	500	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		TERMINAL DO TIPO SAPATA					
41	5940.007.000 2 (ID - 58942)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO,MATERIA L: BRONZE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 16 MM ² <u>COMPLEMENTO DO ITEM:</u> TERMINAL DO TIPO SAPATA	U N	300	500	500	
42	5940.007.001 2 (ID - 132483)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO,MATERIA L: LATAO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 25,0 MM ² <u>COMPLEMENTO DO ITEM:</u> TERMINAL DO TIPO SAPATA	U N	300	500	500	
43	5940.007.000 3 (ID - 58943)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO,MATERIA L: BRONZE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES	U N	300	500	500	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 35 MM ² <u>COMPLEMENTO DO ITEM:</u> TERMINAL DO TIPO SAPATA					
44	5935.006.000 1 (ID - 5331)	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT),MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, TIPO: BI-METALICO (COM SEPARADOR), BITOLA: 10 MM ²	U N	200	300	300	
45	5935.006.000 3 (ID - 5333)	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT),MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, TIPO: SIMPLES, BITOLA: 16 MM ²	U N	200	300	300	
46	5935.006.000 5 (ID - 5335)	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT),MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, TIPO: SIMPLES, BITOLA: 25 MM ²	U N	200	300	300	
47	5940.003.000 9 (ID - 34655)	TERMINAL ANEL / OLHAL, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 2,5 MM ² , TIPO: PRE- ISOLADO, DIAMETRO FURO FIXACAO: 6,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AZUL, ISOLACAO: POLIAMIDA, ACABAMENTO: ESTANHADO	U N	4000	6000	6000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

48	5940.003.0010 (ID - 34656)	TERMINAL ANEL / OLHAL, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 6,0 MM², TIPO: PRE-ISOLADO, DIAMETRO FURO FIXACAO: 10,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AMARELO, ISOLACAO: POLIAMIDA, ACABAMENTO: ESTANHADO	U N	2000	4000	4000	
49	5940.003.0032 (ID - 114096)	TERMINAL ANEL / OLHAL, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 10 MM², TIPO: PRE-ISOLADO, DIAMETRO FURO FIXACAO: 6,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AMARELO, ISOLACAO: POLIAMIDA, ACABAMENTO: ESTANHADO	U N	2000	3000	3000	
50	5940.005.0001 (ID - 34668)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 1,5 MM², TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 3,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: VERMELHO, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO: NAO ESPECIFICADO, LARGURA FORQUILHA: NAO ESPECIFICADO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA	U N	4000	5000	5000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

51	5940.005.000 5 (ID - 34672)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 2,5 MM², TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 6,0 MM, MATERIAL: N/D, COR ISOLACAO: AZUL, ACABAMENTO: N/D, COMPRIMENTO: N/D, LARGURA FORQUILHA: N/D, ISOLACAO: N/D	U N	4000	5000	5000	
52	5940.005.000 6 (ID - 114125)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 4,0 MM², TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 4,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: VERMELHO, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO: NAO ESPECIFICADO, LARGURA FORQUILHA: NAO ESPECIFICADO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA	U N	4000	5000	5000	
53	5940.005.000 3 (ID - 34670)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 6,0 MM², TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 8,4 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AMARELO, ACABAMENTO:	U N	4000	5000	5000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		ESTANHADO, COMPRIMENTO: NAO ESPECIFICADO, LARGURA FORQUILHA: NAO ESPECIFICADO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA					
54	5940.006.001 0 (ID - 102054)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 1,5 MM², TIPO: PRE- ISOLADO, MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO PINO: LONGO, ISOLACAO: PVC, COR ISOLACAO: PRETO	U N	7000	10000	10000	
55	5940.006.000 7 (ID - 70932)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 2,5 MM², TIPO: PRE- ISOLADO, MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO PINO: CURTO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA, COR ISOLACAO: AMARELO	U N	7000	10000	10000	
56	5940.006.000 9 (ID - 82098)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 4,0 MM², TIPO: PRE- ISOLADO, MATERIAL: ACO, ACABAMENTO: PVC, COMPRIMENTO PINO: LONGO, ISOLACAO: PVC,	U N	5000	7000	7000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		COR ISOLACAO: AMARELO					
57	5940.006.000 3 (ID - 34726)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEM A FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 6,0 MM², TIPO: PRE- ISOLADO, MATERIAL: N/D, ACABAMENTO: N/D, COMPRIMENTO PINO: LONGO, ISOLACAO: N/D, COR ISOLACAO: AMARELO	U N	5000	7000	7000	
58	6145.002.005 1 (ID - 114405)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE NU TEMPERA MOLE, MATERIAL ISOLACAO: COMPOSTO TERMOPLASTICO PVC / F-ST1, MATERIAL COBERTURA: BORRACHA SILICONE, QUANTIDADE CONDUTOR: 3, SECAO NOMINAL: PP 3 X 1,5 MM², TENSAO ISOLACAO: 750V, COR COBERTURA: PRETA, ENCORDOAMENTO : CLASSE 4, IDENTIFICACAO CABO: NUMERO, TIPO: N/A, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICO: 70 °C	M	1000	500	500	
59	6145.002.003 5 (ID - 55003)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE NU TEMPERA MOLE,	M	1000	2000	2000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		MATERIAL ISOLACAO: COMPOSTO TERMOPLASTICO PVC / F-ST1, MATERIAL COBERTURA: CLORETO POLIVINILA (PVC), QUANTIDADE CONDUTOR: 4, SECAO NOMINAL: 4 MM², TENSAO ISOLACAO: 750 V, COR COBERTURA: PRETO, ENCORDOAMENTO : CLASSE 4, IDENTIFICACAO CABO: COR, TIPO: N/A, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICO: 70 °C					
60	6145.002.004 8 (ID - 100549)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, MATERIAL ISOLACAO: PVC, MATERIAL COBERTURA: CLORETO POLIVINILA (PVC), QUANTIDADE CONDUTOR: 4, SECAO NOMINAL: PP 4 X 2,5 MM², TENSAO ISOLACAO: 750 V, COR COBERTURA: PRETO, ENCORDOAMENTO : CLASSE 5 (EXTRAFLEXIVEL), IDENTIFICACAO CABO: N/D, TIPO: ANTICHAMA, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICO: 70 °C	M	1000	2000	2000	
61	6145.002.004 2 (ID - 79858)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE NU TEMPERA MOLE, MATERIAL	M	2000	3000	3000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		ISOLACAO: COMPOSTO TERMOPLASTICO PVC / F-ST1, MATERIAL COBERTURA: CLORETO POLIVINILA (PVC), QUANTIDADE CONDUTOR: 3, SECAO NOMINAL: 2,5 MM², TENSAO ISOLACAO: 750 V, COR COBERTURA: PRETO, ENCORDOAMENTO : CLASSE 4, IDENTIFICACAO CABO: COR, TIPO: N/A, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICIO: 70 °C					
62	6145.026.000 9 (ID - 57969)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERI AL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 1,5mm°, ENCORDOAMENTO : CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: PRETO	M	2000	4000	4000	
63	6145.026.000 8 (ID - 57968)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERI AL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 1,5mm°, ENCORDOAMENTO : CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO:	M	2000	4000	4000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: VERDE					
64	6145.026.0007 (ID - 57967)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 1,5mm², ENCORDOAMENTO : CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE A CHAMA, COR: VERMELHO	M	2000	4000	4000	
65	6145.026.0001 (ID - 54622)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 2,5 mm², ENCORDOAMENTO : CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: AZUL	M	3000	5000	5000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

66	6145.026.0003 (ID - 54799)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR, MATERIAL CONDUTOR: cobre, TEMPERA: mole, SECAO NOMINAL (MM²): 2,5 mm², ENCORDOAMENTO : CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: PRETO	M	3000	5000	5000
67	6145.026.0044 (ID - 74262)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 2,5 mm², ENCORDOAMENTO : CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: VERDE	M	3000	5000	5000
68	6145.026.0004 (ID - 54801)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 4,0MM², ENCORDOAMENTO : CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL	M	3000	5000	5000



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: PRETO					
69	6145.026.000 5 (ID - 56209)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERI AL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 10mm², ENCORDOAMENTO : CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: DIVERSAS	M	3000	5000	5000	
70	6145.026.005 6 (ID - 86250)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERI AL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM²): 16,00MM2, ENCORDOAMENTO : CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 0,6/1KV, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE A CHAMA, COR: VERDE	M	2000	3000	3000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

71	5975.023.001 6 (ID - 138225)	ELETROCALHA METALICA,MATERI AL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, MODELO: PERFURADA, TIPO: SEM VIROLA, TAMPA: SEM TAMPA, COMPRIMENTO: 3 M, BITOLA: 1,52 (CHAPA 16 MSG) MM, DIMENSAO (L X H): 100 X 50 MM	U N	100	100	100	
72	5975.023.001 7 (ID - 138226)	ELETROCALHA METALICA,MATERI AL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, MODELO: PERFURADA, TIPO: SEM VIROLA, TAMPA: ENCAIXE, COMPRIMENTO: 3 M, BITOLA: 1,52 (CHAPA 16 MSG) MM, DIMENSAO (L X H): 100 X 50 MM	U N	100	100	100	
73	5975.009.000 2 (ID - 138221)	CRUZETA ELETROCALHA,MA TERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO: GALVANIZADO FOGO, MODELO: PERFURADA, POSICAO: HORIZONTAL, ANGULO: 90 °, ABA: RETA, RAI0: 150 MM, DIMENSAO (L X H): 100 X 50 MM, TAMPA: SEM	U N	100	50	50	
74	5975.073.000 1 (ID - 138678)	COTOVELO RETO ELETROCALHA,PO SICAO: HORIZONTAL, ANGULO: 90 °, TIPO: LISA, MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL:	U N	100	50	50	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		GALVANIZADO FOGO, DIMENSAO: 100 X 50 MM, VIROLA-DIVISOR: SEM, TAMPA: ENCAIXE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE					
75	5975.042.001 2 (ID - 126011)	SUPORTE ELETROCALHA,MO DELO: SUSPENSAO VERTICAL, POSICAO: VERTICAL, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, TRATAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ALTURA ABA ELETROCALHA: 50 MM, LARGURA ELETROCALHA: 100 MM	U N	600	800	800	
76	5975.022.000 8 (ID - 126053)	EMENDA PARA ELETROCALHA,TIP O: INTERNA PERFURADA PARA ELETROCALHA 100 X 50MM, MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, DIMENSAO (C X L): (C) 200 X (L) 100 MM x (H) 50MM, VIROLA-DIVISOR: SEM VIROLA	U N	200	300	300	
77	5305.005.000 5 (ID - 133936)	PARAFUSO CABECA LENTILHA, TIPO: MAQUINA, ENCAIXE: FENDA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, RESISTENCIA: N/A, ACABAMENTO: GALVANIZADO ELETROLITICO, TIPO ROSCA CORPO: TOTAL, ROSCA: N/A, NORMA ROSCA: N/A, CLASSE TOLERANCIA ROSCA: N/A,	U N	4000	6000	6000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		SENTIDO ROSCA: DIREITA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4``, PASSO: N/A, COMPRIMENTO: 3/4``, NORMA DIMENSIONAL: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE					
78	5365.001.003 9 (ID - 125883)	ARRUELA,FORMAT O: CIRCULAR, TIPO: PRESSAO, MATERIAL: ACO CARBONO SAE 1050/1060, ACABAMENTO: GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO NOMINAL: 1/4``, NORMA: ANSI B27.1	U N	5000	5000	5000	
79	5310.002.003 9 (ID - 67304)	PORCA, TIPO: SEXTAVADA, MATERIAL: METAL GALVONIZADO, RESISTENCIA: N/A, ACABAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ROSCA: N/D, NORMA ROSCA: DIN 13, CLASSE TOLERANCIA ROSCA: N/A, SENTIDO ROSCA: DIREITA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4``, PASSO: N/D, NORMA DIMENSIONAL: N/A	U N	5000	5000	5000	
80	5325.003.000 3 (ID - 127959)	PINO, TIPO: FIXACAO NO TETO, ACAO INDIRETA, ROSCA EXTERNA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO A FOGO, TAMANHO: 1/4``x 30 x 20 - ROSCA: UNC / NC - UNIFICADA GROSSA, DIAMETRO ROSCA: 1/4``, PASSO: 20FPP, APLICACAO: SUSTENTACAO DE ELETROCALHAS,	U N	600	3000	3000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		ELETRODUTOS					
81	5310.002.004 4 (ID - 127859)	PORCA, TIPO: LONGA SEXTAVADA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, RESISTENCIA: N/A, ACABAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ROSCA: UNC/NC - UNIFICADA GROSSA, NORMA ROSCA: DIN 13, CLASSE TOLERANCIA ROSCA: N/A, SENTIDO ROSCA: DIREITA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4", PASSO: 20 FPP, NORMA DIMENSIONAL: N/A	U N	600	3000	3000	
82	5975.061.000 1 (ID - 123434)	PROLONGADOR BARRA ROSCADA, MATERI AL: AÇO, RESISTENCIA: CLASSE 8.8, PERFIL: REDONDO, ACABAMENTO: GALVANIZADO, ROSCA: FINA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4", PASSO: 10 FPP, COMPRIMENTO: 1000MM, NORMA DIMENSIONAL: ANBI B18.2.2	U N	600	1000	1000	
83	5975.014.000 7 (ID - 123667)	CANALETA METAL, TIPO: PERFURADA ALTA PERFILADOS, MATERIAL: PRE GALVANIZADA, DIMENSAO (L X H X C): 38 X 38 X 6000 MM, COR: CINZA	M	200	300	300	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

84	5975.030.000 4 (ID - 133908)	JUNCAO PARA PERFILADO, MATERIAL: ACABAMENTO: ACO CARBONO SAE 1010/1020, ACABAMENTO: GALVANIZADO FOGO, TIPO: INTERNA I, DIMENSAO (H X L): 38 X 38 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	U N	200	300	300	
85	5975.042.002 1 (ID - 138294)	SUPORTE ELETROCALHA, MODELO: SUSPENSAO VERTICAL, POSICAO: VERTICAL, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, TRATAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ALTURA ABA ELETROCALHA: 38 MM, LARGURA ELETROCALHA: 38 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	U N	200	300	300	
86	5975.025.002 6 (ID - 62984)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: RIGIDO, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA, CLASSE: B, EXTREMIDADE: ROSCA BSP, BITOLA: 3/4", COR: PRETO, NORMA: ABNT NBR 6150 (ELETRODUTO PVC RIGIDO), ACESSORIO: N/D	U N	50	100	100	
87	5975.033.000 9 (ID - 9682)	LUVA ELETRODUTO NAO METALICO, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, DIAMETRO: 3/4 "", EXTREMIDADE: ROSCA BSP, COR: PRETO	U N	50	100	100	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

88	5975.025.0003 (ID - 32536)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: FLEXIVEL (CORRUGADO), MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, CLASSE: N/A, EXTREMIDADE: N/A, BITOLA: 3/4 "", COR: AMARELO, NORMA: IEC 60614.2-3 (ELETRODUTO FLEXIVEL), ACESSORIO: N/A	M	1000	2000	2000
89	5975.025.0001 (ID - 32533)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: FLEXIVEL (CORRUGADO), MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, CLASSE: N/A, EXTREMIDADE: N/A, BITOLA: 1 "", COR: AMARELO, NORMA: IEC 60614.2-3 (ELETRODUTO FLEXIVEL), ACESSORIO: N/A	M	500	800	800
90	5975.012.0018 (ID - 5878)	CURVA ELETRODUTO NAO METALICO, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, ANGULO: 90 °, RAIOS: CURTO, DIAMETRO: 3/4 "", EXTREMIDADE: ROSCA BSP, ACESSORIO: N/A	UN	50	100	100
91	5975.025.0031 (ID - 73262)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: RIGIDO, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, CLASSE: N/A, EXTREMIDADE: ROSCA BSP, BITOLA: 1.1/2", COR: PRETO, NORMA: ABNT NBR 6150 (ELETRODUTO PVC RIGIDO), ACESSORIO: N/D,	UN	50	100	100



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		CARACTERISTICAS ADICIONAIS: TUBO 3 M					
92	5975.033.0004 (ID - 9677)	LUVA ELETRODUTO NAO METALICO,MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, DIAMETRO: 1.1/2 "" , EXTREMIDADE: ROSCA BSP, COR: PRETO	UN	50	100	100	
93	5975.012.0008 (ID - 5868)	CURVA ELETRODUTO NAO METALICO,MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, ANGULO: 90 ° , RAI0: LONGO, DIAMETRO: 1.1/2 "" , EXTREMIDADE: ROSCA BSP, ACESSORIO: N/A	UN	50	100	100	
94	5180.012.0004 (ID - 110402)	TARRAXA PARA TUBOS, JOGO,NUMERO PECAS: 1 PC, DIAMETRO: 3/4"" , TIPO ROSCA: NPT, CATRACA: COM CATRACA, TIPO COSSINETE: BIPARTIDO	UN	12	24	24	
95	5180.012.0006 (ID - 110404)	TARRAXA PARA TUBOS, JOGO,NUMERO PECAS: 1 PC, DIAMETRO: 1.1/2"" , TIPO ROSCA: NPT, CATRACA: COM CATRACA, TIPO COSSINETE: BIPARTIDO	UN	12	24	24	
96	5935.009.0006 (ID - 64233)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL,MODELO: MACHO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS(PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 10A, TENSAO: 250 V, CAPACIDADE PRENSA CABO:	UN	3000	5000	5000	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		N/A, COR: BRANCO					
97	5935.009.0009 (ID - 76805)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL, MODELO: MACHO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS (PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 20 A, TENSAO: 250 V, CAPACIDADE PRENSA CABO: N/A, COR: PRETA	UN	500	800	800	
98	5935.009.0013 (ID - 111822)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL, MODELO: FEMEA - PADRAO NOVO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS (PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 10A, TENSAO: 250V, CAPACIDADE PRENSA CABO: N/A, COR: BRANCO	UN	3000	5000	5000	
99	5935.009.0018 (ID - 125520)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL, MODELO: FEMEA - PADRAO NOVO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS (PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 20 A, TENSAO: 250 V, CAPACIDADE PRENSA CABO: N/A, COR: PRETA	UN	500	800	800	
100	5975.016.0045 (ID - 77654)	CAIXA ELETRICA PASSAGEM, MODELO: CAIXA DE LUZ, EMBUTIR, MATERIAL: PVC, ACABAMENTO: NATURAL AMARELA, GRAU PROTECAO: IP 40, FECHAMENTO: N/A, ENTRADA LATERAL: 1/2",	UN	500	800	800	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

		3/4" e 1", ENTRADA FUNDO: 1/2" e 3/4", FUNDO: N/A, DIMENSAO (L X H X P): QUADRADA DE 4" X 4", COR TAMPA: N/A, MODELO TAMPA: N/A					
101	5935.016.0004 (ID - 117286)	KIT ARSTOP / SOBREPOR ,COMPOSICAO: CAIXA ELETRICA DE SOBREPOR PARA DISJUNTOR BIPOLAR DE 20A E TOMADA 2P+T 20 A/250V - COR BRANCA	U N	500	800	800	

5.2 A presente contratação será por itens, sendo declarada VENCEDORA aquela que apresentar o menor preço total para o item.

5.3 O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá manter o preço registrado durante o prazo de vigência da Ata.

5.5 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

6 - PRAZO DE FORNECIMENTO:

6.1 – A CONTRATADA deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos.

6.2 - A CONTRATADA deverá avisar sobre a data de entrega dos materiais com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência pelo e-mail material@dpge.rj.gov.br e pelos telefones (0xx21) 2332-6300 ou 2332-6302.

7 – LOCAIS DE ENTREGA:

7.1 – Local de entrega: Departamento de Material/Engenharia da DPGE/RJ, situado na Av. Marechal Câmara nº 314, Térreo – Castelo – Rio de Janeiro / RJ.

7.2– A critério do Departamento de Material da DPGE/RJ poderá ser determinado a CONTRATADA que a entrega dos produtos seja realizada diretamente em outro local, em endereço posteriormente informado ao contratado.

8 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

8.1 – DA CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no Edital.
- Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato;
- Exercer a fiscalização do CONTRATO;



d) Receber provisória e definitivamente o objeto do CONTRATO nas formas definidas.

e) Aplicar as penalidades por descumprimentos do pactuado no Edital.

8.2 – DA CONTRATADA

a) Fornecer os produtos nos locais de entrega previstos neste contrato;

b) Fornecer os produtos em estrita consonância com o especificado neste termo de referência;

c) Iniciar e concluir a entrega no prazo estipulado;

d) Avisar a data de entrega dos materiais com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência pelo e-mail material@dpge.rj.gov.br e pelos telefones (0xx21) 2332-6300 ou 2332-6302;

e) Indicar junto a DPGE/RJ funcionário responsável pelo atendimento da contratante;

f) Entregar materiais novos e acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

g) Realizar a entrega do objeto contratado sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

h) Promover a entrega em embalagens adequadas para proteger o conteúdo do material contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos, correndo por conta da contratada os custos correspondentes;

i) Adequar, se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pela DPGE/RJ ou seu representante legal;

j) Responsabilizar-se, no momento da entrega, pelo descarregamento da mercadoria no local determinado pela contratante;

k) Trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado;

l) Aceitar acréscimos ou supressões do objeto do Edital nos limites fixados na Lei Federal 8.666/93;

m) Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e Anexos;

n) Cobrir os riscos a que se julgar exposta, visando a plena execução do objeto licitado;

o) Conduzir-se de acordo com as normas específicas pertinentes ao objeto e com estrita observância do instrumento convocatório e da legislação vigente;

p) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

q) Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

r) Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

s) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou terceiros.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

9 – CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

9. O pagamento será a vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente ao fornecimento.

Rio de Janeiro, 8 de Dezembro de 2015

Diretoria de Infraestrutura e Engenharia
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro




DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

 SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE		ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº016/2016 A Realizar-se 30/05/2016 às 14:00 horas Requisição nº. PAMs SRP 0008, 0009 e 0021/2016 Processo nº. E-20/001/2520/2015							
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL nº. 016/2016		CARIMBO DA FIRMA							
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	MARCA	PREÇO COM ICMS(R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
						UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
01	5925.001.0202 (ID - 75188)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 20A, TENSAO MAXIMA: 380V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	500					
02	5925.001.0139 (ID - 54930)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 20 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	400					
03	5925.001.0203 (ID - 75189)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 25A, TENSAO MAXIMA: 380V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	500					
04	5925.001.0140 (ID - 54931)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 25 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	400					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

05	5925.001.0287 (ID - 123625)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 150A, TENSAO MAXIMA: 250V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPTAO: 10 KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
06	5925.001.0086 (ID - 6263)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 150 A, TENSAO MAXIMA: 220 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPTAO: 10 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
07	5925.001.0286 (ID - 123624)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 125 A, TENSAO MAXIMA: 250V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPTAO: 10 KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
08	5925.001.0284 (ID - 122313)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 125A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPTAO: 10 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
09	5925.001.0285 (ID - 123623)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 100A, TENSAO MAXIMA: 250V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPTAO: 10 KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

10	5925.001.0251 (ID - 107834)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 100 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
11	5925.001.0250 (ID - 107833)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 70 A, TENSAO MAXIMA: 220 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
12	5925.001.0147 (ID - 60114)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 70 A, TENSAO MAXIMA: 220 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 10 KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
13	5925.001.0142 (ID - 56071)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 63 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
14	5925.001.0312 (ID - 128803)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 50 A, TENSAO MAXIMA: 220 / 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: NEMA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
15	5925.001.0113 (ID - 6292)	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO,NUMERO POLOS: TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL: 50 A, TENSAO MAXIMA: 440 V, CURVA DISPARO / ATUACAO: C, CAPACIDADE MAXIMA INTERRUPCAO: 5 KA, PADRAO: DIN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		VALOR UNITÁRIO R\$:							
		VALOR TOTAL R\$:							
16	6240.006.0006 (ID - 8931)	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA REATOR INTEGRADO,BULBO: 3U, POTENCIA: 15 W, TENSAO: 127 V, BASE: E27, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 6000 K VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	3000					
17	6240.006.0007 (ID - 8932)	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA REATOR INTEGRADO,BULBO: 3U, POTENCIA: 20 W, TENSAO: 127 V, BASE: E27, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 6000 K VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	3000					
18	6240.007.0053 (ID - 74338)	LAMPADA FLUORESCENTE COMUM, LINEAR,MODELO: TUBULAR CONVENCIONAL, BULBO: T10 (33MM), POTENCIA: 40 W, BASE: G13-BIPINO, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 5000 A 6100 K, VIDA UTIL: 6000 HORAS/USO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	10000					
19	6240.007.0051 (ID - 74336)	LAMPADA FLUORESCENTE COMUM, LINEAR,MODELO: TUBULAR CONVENCIONAL, BULBO: T10 (33MM), POTENCIA: 20 W, BASE: G13-BIPINO, COR BULBO: BRANCO, TEMPERATURA COR: 5000 A 6100 K, VIDA UTIL: 6000 HORAS/USO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	8000					
20	6250.004.0151 (ID - 138293)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETICO PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 1 X 20 W, TENSAO: 127 V / 220 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
21	6250.004.0154 (ID - 138667)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETICO PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	8000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 2 X 20 W, TENSAO: 127 / 220 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
22	6250.004.0153 (ID - 138666)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETICO PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 1 X 40 W, TENSAO: 127 / 220 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
23	6250.004.0084 (ID - 100653)	REATOR LAMPADA, TIPO: ELETROMAGNETICO PARTIDA RAPIDA, FATOR POTENCIA: ALTO FATOR POTENCIA, MODELO LAMPADA: TUBULAR, QUANTIDADE LAMPADAS X POTENCIA: 2 X 40 W, TENSAO: 127 / 220 V VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	10000					
24	6250.011.0002 (ID - 128159)	SOQUETE PRESSAO LAMPADA, TIPO LAMPADA: FLUORESCENTE, MATERIAL CORPO: PLASTICO, CORRENTE MAXIMA: 2A, TENSAO MAXIMA: 250V, BASE: G-13, COR: BRANCO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	30000					
25	5930.012.0085 (ID - 109621)	INTERRUPTOR, PREDIAL, INSTALACAO: SOBREPOR, COMPOSICAO: 1 SIMPLES, ACABAMENTO: BRANCO, QUANTIDADE POSTO: 1 SIMPLES, FORMATO: QUADRADO, CORRENTE: 10 A, TENSAO: 250 V, DIMENSAO PLACA: 70 X 70 MM, TIPO: SISTEMA X, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	17000					
26	5930.012.0108 (ID - 138229)	INTERRUPTOR, PREDIAL, INSTALACAO: SOBREPOR (SISTEMA CANALETA), COMPOSICAO: 2 SIMPLES, ACABAMENTO: N/A, QUANTIDADE POSTO: 2 SEPARADO, FORMATO: QUADRADO, CORRENTE: 10 A, TENSAO: 250V, DIMENSAO PLACA: 70 X 70 MM, TIPO: ACIONADOR COMUM, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA	U N	7000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		VALOR UNITÁRIO R\$:							
		VALOR TOTAL R\$:							
27	5935.013.0010 (ID - 57703)	TOMADA ELETRICA, PREDIAL, INSTALACAO: SOBREPOR (SISTEMA CANALETA), MATERIAL CORPO: CLORETO POLIVINILA, ACABAMENTO TOMADA: BRANCO, FORMATO CORPO: QUADRADO, POLO: 3 PINOS REDONDOS, CORRENTE: 10 A, TENSAO: 250 V, FIXACAO PLACA: PARAFUSO/PRESSAO, DIMENSAO PLACA: 70 X 70 mm, DIAMETRO POLO: 4 mm, PADRAO: NBR 14136 VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	10000					
28	5975.001.0033 (ID - 116036)	ABRACADEIRA NAO METALICA AMARRACAO, MODELO: SIMPLES, MATERIAL: POLIAMIDA, DIAMETRO AMARRACAO: 37MM, TENSAO MINIMA RUPTURA: 8 KGF, COR: PRETA, COMPRIMENTO NOMINAL: 300MM, LARGURA: 4,8MM, REFERÊNCIA: 401059, MARCA: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	12000					
29	5975.001.0028 (ID - 103496)	ABRACADEIRA NAO METALICA AMARRACAO, MODELO: SIMPLES, MATERIAL: PLASTICO, DIAMETRO AMARRACAO: 20 CM, TENSAO MINIMA RUPTURA: 54 KGF, COR: NATURAL, COMPRIMENTO NOMINAL: 83 MM, LARGURA: 13 MM, REFERÊNCIA: T18L, MARCA: HELLERMANN VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
30	5975.034.0003 (ID - 113828)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 0, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
31	5975.034.0002 (ID - 113826)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 1, CAPACIDADE:	U N	15000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
32	5975.034.0004 (ID - 113830)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 2, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
33	5975.034.0005 (ID - 113832)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 3, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
34	5975.034.0006 (ID - 113851)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 4, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
35	5975.034.0021 (ID - 113870)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 5, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
36	5975.034.0007 (ID - 113852)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 6, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A	U N	15000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
37	5975.034.0008 (ID - 113853)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 7, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
38	5975.034.0009 (ID - 113854)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 8, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
39	5975.034.0010 (ID - 113855)	MARCADOR IDENTIFICADOR, APLICACAO DIRETA CABO, MODELO: ANILHA EXPANSIVEL, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA FLEXIVEL, COR MATERIAL: AMARELO, IMPRESSAO: PRETO, IDENTIFICACAO: NUMERO 9, CAPACIDADE: 1,5 - 2,5 MM, COMPRIMENTO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	15000					
40	5940.007.0006 (ID - 127686)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO, MATERIAL: BRONZE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 10 MM ² COMPLEMENTO DO ITEM: TERMINAL DO TIPO SAPATA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	500					
41	5940.007.0002 (ID - 58942)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO, MATERIAL: BRONZE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 16 MM ² COMPLEMENTO DO ITEM: TERMINAL DO TIPO SAPATA	U N	500					f



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		VALOR UNITÁRIO R\$:							
		VALOR TOTAL R\$:							
42	5940.007.0012 (ID - 132483)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO,MATERIAL: LATAO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 25,0 MM ² COMPLEMENTO DO ITEM: TERMINAL DO TIPO SAPATA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$::	U N	500					
43	5940.007.0003 (ID - 58943)	TERMINAL ELETRICO PRESSAO,MATERIAL: BRONZE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, CONEXAO: 1 CABO A BARRA, APLICACAO: CONDUTORES ALUMINIO / COBRE, SECAO NOMINAL: 35 MM ² COMPLEMENTO DO ITEM: TERMINAL DO TIPO SAPATA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	500					
44	5935.006.0001 (ID - 5331)	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT),MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, TIPO: BI-METALICO (COM SEPARADOR), BITOLA: 10 MM ² VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
45	5935.006.0003 (ID - 5333)	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT),MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, TIPO: SIMPLES, BITOLA: 16 MM ² VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
46	5935.006.0005 (ID - 5335)	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT),MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, TIPO: SIMPLES, BITOLA: 25 MM ² VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
47	5940.003.0009 (ID - 34655)	TERMINAL ANEL / OLHAL, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 2,5 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, DIAMETRO FURO FIXACAO: 6,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AZUL, ISOLACAO: POLIAMIDA, ACABAMENTO: ESTANHADO VALOR UNITÁRIO R\$:	U N	6000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		VALOR TOTAL R\$:							
48	5940.003.0010 (ID - 34656)	TERMINAL ANEL / OLHAL, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 6,0 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, DIAMETRO FURO FIXACAO: 10,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AMARELO, ISOLACAO: POLIAMIDA, ACABAMENTO: ESTANHADO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	4000					
49	5940.003.0032 (ID - 114096)	TERMINAL ANEL / OLHAL, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 10 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, DIAMETRO FURO FIXACAO: 6,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AMARELO, ISOLACAO: POLIAMIDA, ACABAMENTO: ESTANHADO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	3000					
50	5940.005.0001 (ID - 34668)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 1,5 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 3,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: VERMELHO, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO: NAO ESPECIFICADO, LARGURA FORQUILHA: NAO ESPECIFICADO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
51	5940.005.0005 (ID - 34672)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 2,5 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 6,0 MM, MATERIAL: N/D, COR ISOLACAO: AZUL, ACABAMENTO: N/D, COMPRIMENTO: N/D, LARGURA FORQUILHA: N/D, ISOLACAO: N/D VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
52	5940.005.0006 (ID - 114125)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 4,0 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 4,0 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: VERMELHO, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO: NAO ESPECIFICADO,	U N	5000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		LARGURA FORQUILHA: NAO ESPECIFICADO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
53	5940.005.0003 (ID - 34670)	TERMINAL FORQUILHA / GARFO, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 6,0 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, LARGURA CANAL: 8,4 MM, MATERIAL: COBRE, COR ISOLACAO: AMARELO, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO: NAO ESPECIFICADO, LARGURA FORQUILHA: NAO ESPECIFICADO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
54	5940.006.0010 (ID - 102054)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 1,5 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO PINO: LONGO, ISOLACAO: PVC, COR ISOLACAO: PRETO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	10000					
55	5940.006.0007 (ID - 70932)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 2,5 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, MATERIAL: COBRE, ACABAMENTO: ESTANHADO, COMPRIMENTO PINO: CURTO, ISOLACAO: CLORETO POLIVINILA, COR ISOLACAO: AMARELO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	10000					
56	5940.006.0009 (ID - 82098)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 4,0 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, MATERIAL: ACO, ACABAMENTO: PVC, COMPRIMENTO PINO: LONGO, ISOLACAO: PVC, COR ISOLACAO: AMARELO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	7000					
57	5940.006.0003 (ID - 34726)	TERMINAL PINO / AGULHA, CABO ELETRICO,SISTEMA FIXACAO CABO: COMPRESSAO, SECAO MAXIMA: 6,0 MM ² , TIPO: PRE-ISOLADO, MATERIAL: N/D,	U N	7000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		ACABAMENTO: N/D, COMPRIMENTO PINO: LONGO, ISOLACAO: N/D, COR ISOLACAO: AMARELO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
58	6145.002.0051 (ID - 114405)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE NU TEMPERA MOLE, MATERIAL ISOLACAO: COMPOSTO TERMOPLASTICO PVC / F-ST1, MATERIAL COBERTURA: BORRACHA SILICONE, QUANTIDADE CONDUTOR: 3, SECAO NOMINAL: PP 3 X 1,5 MM², TENSAO ISOLACAO: 750V, COR COBERTURA: PRETA, ENCORDOAMENTO: CLASSE 4, IDENTIFICACAO CABO: NUMERO, TIPO: N/A, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICIO: 70 °C VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	500					
59	6145.002.0035 (ID - 55003)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE NU TEMPERA MOLE, MATERIAL ISOLACAO: COMPOSTO TERMOPLASTICO PVC / F-ST1, MATERIAL COBERTURA: CLORETO POLIVINILA (PVC), QUANTIDADE CONDUTOR: 4, SECAO NOMINAL: 4 MM², TENSAO ISOLACAO: 750 V, COR COBERTURA: PRETO, ENCORDOAMENTO: CLASSE 4, IDENTIFICACAO CABO: COR, TIPO: N/A, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICIO: 70 °C VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	2000					
60	6145.002.0048 (ID - 100549)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, MATERIAL ISOLACAO: PVC, MATERIAL COBERTURA: CLORETO POLIVINILA (PVC), QUANTIDADE CONDUTOR: 4, SECAO NOMINAL: PP 4 X 2,5 MM², TENSAO ISOLACAO: 750 V, COR COBERTURA: PRETO, ENCORDOAMENTO: CLASSE 5 (EXTRAFLEXIVEL), IDENTIFICACAO CABO: N/D, TIPO: ANTICHAMA, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICIO: 70 °C VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	2000					
61	6145.002.0042 (ID - 79858)	CABO ELETRICO PP,MATERIAL CONDUTOR: COBRE NU TEMPERA MOLE, MATERIAL ISOLACAO: COMPOSTO TERMOPLASTICO PVC / F-ST1, MATERIAL COBERTURA: CLORETO POLIVINILA (PVC), QUANTIDADE CONDUTOR: 3, SECAO NOMINAL: 2,5 MM², TENSAO ISOLACAO: 750 V, COR	M	3000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		COBERTURA: PRETO, ENCORDOAMENTO: CLASSE 4, IDENTIFICACAO CABO: COR, TIPO: N/A, PADRAO: NBR 13249, TEMPERATURA MAXIMA SERVICO: 70 °C VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
62	6145.026.0009 (ID - 57969)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 1,5mm ^o , ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: PRETO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	4000					
63	6145.026.0008 (ID - 57968)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 1,5mm ^o , ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: VERDE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	4000					
64	6145.026.0007 (ID - 57967)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 1,5mm ^o , ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE A CHAMA, COR: VERMELHO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	4000					
65	6145.026.0001 (ID - 54622)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 2,5 mm ² , ENCORDOAMENTO: CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: AZUL VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	5000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

66	6145.026.0003 (ID - 54799)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: cobre, TEMPERA: mole, SECAO NOMINAL (MM ²): 2,5 mm ² , ENCORDOAMENTO: CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: PRETO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	5000					
67	6145.026.0044 (ID - 74262)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 2,5 mm ² , ENCORDOAMENTO: CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: VERDE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	5000					
68	6145.026.0004 (ID - 54801)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 4,0MM ² , ENCORDOAMENTO: CLASSE 5 (UM POUCO MAIS FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: PRETO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	5000					
69	6145.026.0005 (ID - 56209)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 10mm ² , ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE PROLIVINILA (PVC), TENSAO: 750V, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR RESISTENTE À CHAMA, COR: DIVERSAS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	5000					
70	6145.026.0056 (ID - 86250)	FIO ELETRICO FLEXIVEL UNIPOLAR,MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TEMPERA: MOLE, SECAO NOMINAL (MM ²): 16,00MM2, ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 (FLEXÍVEL), MATERIAL ISOLACAO: CLORETO DE POLIVINILA (PVC), TENSAO: 0,6/1KV, RESISTÊNCIA CHAMA: CABO UNIPOLAR	M	3000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		RESISTENTE A CHAMA, COR: VERDE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
71	5975.023.0016 (ID - 138225)	ELETROCALHA METALICA,MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, MODELO: PERFURADA, TIPO: SEM VIROLA, TAMPA: SEM TAMPA, COMPRIMENTO: 3 M, BITOLA: 1,52 (CHAPA 16 MSG) MM, DIMENSAO (L X H): 100 X 50 MM VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
72	5975.023.0017 (ID - 138226)	ELETROCALHA METALICA,MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, MODELO: PERFURADA, TIPO: SEM VIROLA, TAMPA: ENCAIXE, COMPRIMENTO: 3 M, BITOLA: 1,52 (CHAPA 16 MSG) MM, DIMENSAO (L X H): 100 X 50 MM VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
73	5975.009.0002 (ID - 138221)	CRUZETA ELETROCALHA,MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO: GALVANIZADO FOGO, MODELO: PERFURADA, POSICAO: HORIZONTAL, ANGULO: 90 °, ABA: RETA, RAI0: 150 MM, DIMENSAO (L X H): 100 X 50 MM, TAMPA: SEM VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	50					
74	5975.073.0001 (ID - 138678)	COTOVELO RETO ELETROCALHA,POSICAO: HORIZONTAL, ANGULO: 90 °, TIPO: LISA, MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, DIMENSAO: 100 X 50 MM, VIROLA-DIVISOR: SEM, TAMPA: ENCAIXE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	50					
75	5975.042.0012 (ID - 126011)	SUPORTE ELETROCALHA,MODELO: SUSPENSAO VERTICAL, POSICAO: VERTICAL, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, TRATAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ALTURA ABA ELETROCALHA: 50 MM, LARGURA ELETROCALHA: 100 MM VALOR UNITÁRIO R\$:	U N	800					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		VALOR TOTAL R\$:							
76	5975.022.0008 (ID - 126053)	EMENDA PARA ELETROCALHA, TIPO: INTERNA PERFURADA PARA ELETROCALHA 100 X 50MM, MATERIAL: ACO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO FOGO, DIMENSAO (C X L): (C) 200 X (L) 100 MM x (H) 50MM, VIROLA-DIVISOR: SEM VIROLA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
77	5305.005.0005 (ID - 133936)	PARAFUSO CABECA LENTILHA, TIPO: MAQUINA, ENCAIXE: FENDA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, RESISTENCIA: N/A, ACABAMENTO: GALVANIZADO ELETROLITICO, TIPO ROSCA CORPO: TOTAL, ROSCA: N/A, NORMA ROSCA: N/A, CLASSE TOLERANCIA ROSCA: N/A, SENTIDO ROSCA: DIREITA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4``, PASSO: N/A, COMPRIMENTO: 3/4``, NORMA DIMENSIONAL: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	6000					
78	5365.001.0039 (ID - 125883)	ARRUELA, FORMATO: CIRCULAR, TIPO: PRESSAO, MATERIAL: ACO CARBONO SAE 1050/1060, ACABAMENTO: GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO NOMINAL: 1/4``, NORMA: ANSI B27.1 VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
79	5310.002.0039 (ID - 67304)	PORCA, TIPO: SEXTAVADA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, RESISTENCIA: N/A, ACABAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ROSCA: N/D, NORMA ROSCA: DIN 13, CLASSE TOLERANCIA ROSCA: N/A, SENTIDO ROSCA: DIREITA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4``, PASSO: N/D, NORMA DIMENSIONAL: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
80	5325.003.0003 (ID - 127959)	PINO, TIPO: FIXACAO NO TETO, ACO INDIRETA, ROSCA EXTERNA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO A FOGO, TAMANHO: 1/4``x 30 x 20 - ROSCA: UNC / NC - UNIFICADA GROSSA, DIAMETRO ROSCA: 1/4``, PASSO: 20FPP, APLICACAO: SUSTENTACAO DE ELETROCALHAS,	U N	3000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		ELETRODUTOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
81	5310.002.0044 (ID - 127859)	PORCA, TIPO: LONGA SEXTAVADA, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, RESISTENCIA: N/A, ACABAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ROSCA: UNC/NC - UNIFICADA GROSSA, NORMA ROSCA: DIN 13, CLASSE TOLERANCIA ROSCA: N/A, SENTIDO ROSCA: DIREITA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4", PASSO: 20 FPP, NORMA DIMENSIONAL: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	3000					
82	5975.061.0001 (ID - 123434)	PROLONGADOR BARRA ROSCADA, MATERIAL: AÇO, RESISTENCIA: CLASSE 8.8, PERFIL: REDONDO, ACABAMENTO: GALVANIZADO, ROSCA: FINA, DIAMETRO NOMINAL: 1/4", PASSO: 10 FPP, COMPRIMENTO: 1000MM, NORMA DIMENSIONAL: ANBI B18.2.2 VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	1000					
83	5975.014.0007 (ID - 123667)	CANAleta METAL, TIPO: PERFURADA ALTA PERFILADOS, MATERIAL: PRE GALVANIZADA, DIMENSAO (L X H X C): 38 X 38 X 6000 MM, COR: CINZA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	300					
84	5975.030.0004 (ID - 133908)	JUNCAO PARA PERFILADO, MATERIAL: ACO CARBONO SAE 1010/1020, ACABAMENTO: GALVANIZADO FOGO, TIPO: INTERNA I, DIMENSAO (H X L): 38 X 38 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					
85	5975.042.0021 (ID - 138294)	SUPORTE ELETROCALHA, MODELO: SUSPENSAO VERTICAL, POSICAO: VERTICAL, MATERIAL: METAL GALVANIZADO, TRATAMENTO: GALVANIZADO FOGO, ALTURA ABA ELETROCALHA: 38 MM, LARGURA ELETROCALHA: 38 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	300					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

86	5975.025.0026 (ID - 62984)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: RIGIDO, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA, CLASSE: B, EXTREMIDADE: ROSCA BSP, BITOLA: 3/4", COR: PRETO, NORMA: ABNT NBR 6150 (ELETRODUTO PVC RIGIDO), ACESSORIO: N/D VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
87	5975.033.0009 (ID - 9682)	LUVA ELETRODUTO NAO METALICO, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, DIAMETRO: 3/4", EXTREMIDADE: ROSCA BSP, COR: PRETO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
88	5975.025.0003 (ID - 32536)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: FLEXIVEL (CORRUGADO), MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, CLASSE: N/A, EXTREMIDADE: N/A, BITOLA: 3/4", COR: AMARELO, NORMA: IEC 60614.2-3 (ELETRODUTO FLEXIVEL), ACESSORIO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	2000					
89	5975.025.0001 (ID - 32533)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: FLEXIVEL (CORRUGADO), MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, CLASSE: N/A, EXTREMIDADE: N/A, BITOLA: 1", COR: AMARELO, NORMA: IEC 60614.2-3 (ELETRODUTO FLEXIVEL), ACESSORIO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	800					
90	5975.012.0018 (ID - 5878)	CURVA ELETRODUTO NAO METALICO, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, ANGULO: 90°, RAIOS: CURTO, DIAMETRO: 3/4", EXTREMIDADE: ROSCA BSP, ACESSORIO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
91	5975.025.0031 (ID - 73262)	ELETRODUTO NAO METALICO, TIPO: RIGIDO, MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, CLASSE: N/A, EXTREMIDADE: ROSCA BSP, BITOLA: 1.1/2", COR: PRETO, NORMA: ABNT NBR 6150 (ELETRODUTO PVC RIGIDO), ACESSORIO: N/D, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: TUBO 3 M VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

92	5975.033.0004 (ID - 9677)	LUVA ELETRODUTO NAO METALICO,MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, DIAMETRO: 1.1/2 """, EXTREMIDADE: ROSCA BSP, COR: PRETO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
93	5975.012.0008 (ID - 5868)	CURVA ELETRODUTO NAO METALICO,MATERIAL: CLORETO POLIVINILA, ANGULO: 90 °, RAI0: LONGO, DIAMETRO: 1.1/2 """, EXTREMIDADE: ROSCA BSP, ACESSORIO: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	100					
94	5180.012.0004 (ID - 110402)	TARRAXA PARA TUBOS, JOGO,NUMERO PECAS: 1 PC, DIAMETRO: 3/4""", TIPO ROSCA: NPT, CATRACA: COM CATRACA, TIPO COSSINETE: BIPARTIDO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	24					
95	5180.012.0006 (ID - 110404)	TARRAXA PARA TUBOS, JOGO,NUMERO PECAS: 1 PC, DIAMETRO: 1.1/2""", TIPO ROSCA: NPT, CATRACA: COM CATRACA, TIPO COSSINETE: BIPARTIDO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	24					
96	5935.009.0006 (ID - 64233)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL,MODELO: MACHO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS(PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 10A, TENSAO: 250 V, CAPACIDADE PRENSA CABO: N/A, COR: BRANCO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	5000					
97	5935.009.0009 (ID - 76805)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL,MODELO: MACHO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS(PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 20 A, TENSAO: 250 V, CAPACIDADE PRENSA CABO: N/A, COR: PRETA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	800					
98	5935.009.0013 (ID - 111822)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL,MODELO: FEMEA - PADRAO NOVO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS (PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 10A, TENSAO: 250V, CAPACIDADE PRENSA	U N	5000					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

		CABO: N/A, COR: BRANCO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:							
99	5935.009.0018 (ID - 125520)	PLUGUE ELETRICO, PREDIAL, MODELO: FEMEA - PADRAO NOVO, SAIDA ENCAIXE: RETA (AXIAL), PINO: 3 PINOS REDONDOS (PADRAO BRASILEIRO), CORRENTE: 20 A, TENSÃO: 250 V, CAPACIDADE PRENSA CABO: N/A, COR: PRETA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	800					
100	5975.016.0045 (ID - 77654)	CAIXA ELETRICA PASSAGEM, MODELO: CAIXA DE LUZ, EMBUTIR, MATERIAL: PVC, ACABAMENTO: NATURAL AMARELA, GRAU PROTECAO: IP 40, FECHAMENTO: N/A, ENTRADA LATERAL: 1/2", 3/4" e 1", ENTRADA FUNDO: 1/2" e 3/4", FUNDO: N/A, DIMENSAO (L X H X P): QUADRADA DE 4" X 4", COR TAMPA: N/A, MODELO TAMPA: N/A VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	800					
101	5935.016.0004 (ID - 117286)	KIT ARSTOP / SOBREPOR, COMPOSICAO: CAIXA ELETRICA DE SOBREPOR PARA DISJUNTOR BIPOLAR DE 20A E TOMADA 2P+T 20 A/250V - COR BRANCA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	U N	800					
OBSERVAÇÕES 1ª - A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; - ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA - DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª - As Duas primeiras vias da PROPOSTA - DETALHE deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até à hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4ª - A licitação mediante PROPOSTA - DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.			Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em _____ / _____ / _____ FIRMA PROPOENTE						
DATA / /			FIRMA PROPOENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL						




DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

IT EM		NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO	
						UNIT.	TOTAL
			SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE	ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº. 016/2016 A Realizar-se 30/05/2016 às 14:00 horas Requisição nº. PAMs SRP 0008, 0009 e 0021/2016 Processo nº. E-20/001/2520/2015			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL nº. 016/2016			CARIMBO DA FIRMA				
			DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE: Banco (Nome/Número) Ag. (Nome/número) Conta Corrente nº: INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPGE/RJ CNPJ: 31.443.526/0001-70 INSC. ESTADUAL: ISENTO END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro/RJ.				
			OBSERVAÇÕES 1ª - A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; - ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA – DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª - As Duas primeiras vias da PROPOSTA - DETALHE deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até à hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4ª - A licitação mediante PROPOSTA - DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.	Prazo para execução: Conforme ANEXO I. Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local para execução: Conforme edital e ANEXO I. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em: / /			
DATA / /			FIRMA PROPOENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2016

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS. PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS QUE FIRMAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO – DPGE/RJ, E O(S) FORNECEDOR(ES) ABAIXO INDICADO(S)

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO – DPGE/RJ**, inscrito no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede situada na situada na Av. Marechal Câmara 314, Centro, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada **DPGE/RJ**, representado neste ato pela Subsecretária Geral, **DRA. MÁRCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES**, e a empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no processo administrativo nº E-20/001/2520/2015, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 do Decretos Estadual nº 44.857, de 27 de junho de 2014, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS**, conforme as especificações contidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital e a Proposta de Preços - Anexo II do Edital, assim como as informações reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

Parágrafo primeiro: A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade Da DPGE de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quarta.

Parágrafo Segundo: a lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação dos itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto da contratação, sendo assegurada preferência ao FORNECEDOR registrado em igualdade de condições, assim como ao FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA, na forma da cláusula décima sexta.

Parágrafo Terceiro: a Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal de Compras do Estado e na página eletrônica do órgão gerenciador da Ata e ficará disponibilizada durante a sua vigência.



CLÁUSULA TERCEIRA: DOS LOCAIS DE ENTREGA

Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO

São as seguintes as quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência - Anexo I do Edital e reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

a) previsão de aquisição pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**: _____

Parágrafo Primeiro: Não obstante a estimativa da previsão de aquisição descrita na alínea a, do *caput* desta cláusula, serão necessariamente adquiridas, ao longo da validade da Ata de Registro de Preços, pelo Órgão Gerenciador, no mínimo, as seguintes quantidades: _____

Parágrafo Segundo: as quantidades dos itens indicadas nas alíneas a, do *caput* desta cláusula, são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo Órgão Gerenciador durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: é vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro: O preço unitário de cada item engloba todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

Parágrafo Segundo: O objeto da aquisição deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de fabricação.

Parágrafo Terceiro: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo a **DPGE** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Quarto: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **DPGE** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

Parágrafo Quinto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a **DPGE** poderá:

- a) liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os **FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA**, mencionados na cláusula décima quinta, para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sétimo: Não havendo êxito nas negociações, a **DPGE** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DA DESPESA:

FONTES:

CLÁUSULA NONA: CONTRATAÇÃO PELA DPGE

Compete a **DPGE** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro: a contratação realizada pela **DPGE** será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo: A **DPGE** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.



Parágrafo Primeiro: as condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório do Termo de Referência - Anexo I do edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

Parágrafo Segundo: a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação.

Parágrafo Terceiro: o objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do bem/produto;

b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto: o recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

Parágrafo Quinto: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão contratante, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

Parágrafo Sexto: os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência - Anexo I do Edital, serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Sétimo: o fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Oitavo: a instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados pela **DPGE**, de acordo com as contratações realizadas por cada um deles, que considere a quantidade e valor dos itens adquiridos.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será realizado à vista de acordo com a quantidade demandada no período.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

Parágrafo Segundo: os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

Parágrafo terceiro: no caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Parágrafo Quinto: considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s)

Parágrafo Sexto: caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo: os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Oitavo: o contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA DPGE

Constituem obrigações da **DPGE**, na qualidade de **Contratante**:

- a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Formulário de Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.
- b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização da execução do objeto;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e no contrato, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- a) gerenciar a ata de registro de preços;
- b) acompanhar constantemente a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- d) publicar trimestralmente no Diário Oficial do Estado os preços registrados e suas atualizações, para fins de orientação da DPGE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Formulário de Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

Parágrafo único: não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CADASTRO DE RESERVA

Fazem parte do Cadastro de Reserva os fornecedores que aceitaram reduzir, na licitação, seus preços ao valor da proposta mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, conforme informações reunidas no Anexo II - Cadastro de Reserva.

Parágrafo Primeiro: estão registrados na ata de registro de preços, após o registro dos preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, ora designado **FORNECEDOR**, os preços e quantitativos dos que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual aquele, ora designado **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, segundo os critérios do edital.

Parágrafo Segundo: a ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a DPGE realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

Parágrafo Terceiro: o Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do **FORNECEDOR** na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do FORNECEDOR, quando este descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
- b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, causado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único: o cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do *caput* será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: o licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não lavrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo: a sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Terceiro: quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Quarto: a imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pela **DPGE**, em relação às respectivas contratações.

Parágrafo Quinto: ressalvada a hipótese descrita no parágrafo quarto cabe a **DPGE** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Sexto: a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput* da cláusula vigésima primeira, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

Parágrafo Sétimo: a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da cláusula vigésima primeira, será imposta pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Defensor Público Geral.

Parágrafo Oitavo: a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput* da cláusula vigésima primeira, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

Parágrafo Nono: a multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput* da cláusula vigésima primeira:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

Parágrafo Décimo: a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da cláusula vigésima primeira:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Décimo Primeiro: a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da cláusula vigésima primeira, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição vigorarem ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

Parágrafo Décimo Segundo: a reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Décimo Terceiro: o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo Décimo Quarto: se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput* da cláusula vigésima primeira e parágrafo décimo quarto, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Décimo Quinto: a aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo Sexto: a aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

- a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;
- b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;
- c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput* da cláusula vigésima primeira, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo dispositivo;
- d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Sétimo: a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

Parágrafo Décimo oitavo: as penalidades previstas na cláusula vigésima primeira também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

Parágrafo Décimo Nono: os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Vigésimo: penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela DPGE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput* da cláusula vigésima primeira, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ao) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, de de 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
Subsecretária Geral
DRA. MÁRCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES

Representante Legal da Compromissária

Testemunhas:

1 - _____

CPF nº

2 - _____

CPF nº



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

ANEXO I

CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____
ÓRGÃO GERENCIADOR: _____

OBJETO:

FORNECEDOR:

Lote/Item

ITEM	CÓDIGO	ID	BEM / MATERIAL / PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO MARCA / MODELO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA*	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

ANEXO II
CADASTRO DE RESERVA

OBJETO:

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

Lote/Item

Fornecedor	Item



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº. E-20/001/2520/2015

Data: 23/09/2015 Fls. _____

Rubrica: _____

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88 PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2016, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a empresa _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 33.925/2003 PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2016, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto no . Decreto Estadual nº 33.925/2003, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante)
inscrita no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº., DECLARA, para fins do disposto no subitem 15.7.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2016, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA
E-20/001/001/2520/2015

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no **item 18.3** do **Edital Nº 016/2016**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/0012520/2015**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/2520/2015**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/2520/2015**, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/2520/2015**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº. E-20/001/2520/2015
Data: 23/09/2015 Fls. _____
Rubrica: _____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À

Comissão de Pregão

a/c Sr.

Pregoeiro (a)

Referente ao Pregão Eletrônico DPGE nº 016/2016,

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na(endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)